

Recensões Críticas

Tavares, Rui (2018). *O Censor Iluminado – Ensaio sobre o Pombalismo e a Revolução Cultural do Século XVIII*. Lisboa: Tinta da China. 717 p., ISBN: 978-989-671-439-0.

A obra apresentada é da autoria de Rui Tavares, escritor e historiador, e resulta do trabalho desenvolvido nas suas dissertações de mestrado e de doutoramento. O estudo centra-se na Real Mesa Censória, criada pelo Alvará de 5 de abril de 1768, uma instituição de censura que substituiu o anterior sistema tripartido, tutelado pelo Ordinário, o Desembargo do Paço e o Santo Ofício no exercício dessas funções. A obra está estruturada em Introdução e três «livros», cada um deles dividido em vários capítulos e subcapítulos (o Livro Segundo, atendendo à sua dimensão, está seccionado em três partes).

Na Introdução, Rui Tavares levanta duas questões importantes que estarão presentes ao longo de toda a obra. A primeira prende-se com o «poder da palavra», ou seja, a palavra enquanto poder e quem detém o poder de ter a última palavra, visto esta ser final e definitiva. A segunda questão relaciona-se com a «luz pública», um aspeto inerente às funções dos deputados da Real Mesa. O espaço público para o discurso consolida-se na visão europeia, mas achava-se que o poder central podia intervir nesse espaço, sendo o propósito desta nova instituição, por intermédio da ação dos censores.

O Livro Primeiro inicia-se com um capítulo intitulado «A Estátua do Rei». Trata-se da cerimónia de inauguração da estátua equestre de D. José, um momento de autorrepresentação da monarquia, no período de apogeu do Pombalismo. O autor demonstra que os censores estavam numa posição de destaque na sociedade, tendo em conta o seu posicionamento na celebração, precedidos exclusivamente pela alta nobreza. O Terramoto de 1755, motivo da reconstrução da cidade, não mereceu destaque nas comemorações.

As referências à catástrofe foram substituídas pela expulsão dos jesuítas e pela tentativa de atentado ao monarca.

O âmago do segundo capítulo, «Os Censores no Teatro», é a análise da peça «O censor do Theatro», de Manuel de Figueiredo. Esta obra tinha duas personagens que eram espetadores de uma peça, provocando uma inversão, colocando a plateia no público. O censor seria o público «cultivado e inteligente, súbdito de um monarca iluminado», em contraste com a ideia segundo a qual o público é geralmente incompetente para julgar o mérito de um objeto literário e artístico.

O autor trata em seguida da «Liberdade de Imprensa», entendida à época não como um direito, mas como ausência de efeitos perniciosos. Os livros e o teatro tinham finalidades diferentes, o que motivou o tratamento desigual que lhes foi dado pela censura. Isto porque o livro devia ser usado em «relaxamento», ou seja, no espaço privado e num clima calmo, enquanto as peças de teatro tinham como função a comoção coletiva, promotora de vaidade, fantasia e inutilidade.

No capítulo «Intérpretes e Legisladores» analisa-se a atuação do marquês de Pombal após o terramoto, a gestão do atentado ao rei e a expulsão dos Jesuítas, com o propósito de questionar a importância da nova instituição de censura no plano das reformas políticas realizadas no reino a partir de 1768. A incursão pelos estatutos da Real Mesa Censória permitiu evidenciar de que forma estes definiam o perfil dos oficiais da instituição, destacando-se as qualidades morais e, especialmente, o seu «zelo ardentíssimo do aumento da Religião e do Bem público da Pátria». O Regimento estabelecia também as condições de debate intracensorial para ocasiões específicas, além de especificar as situações de convocação extraordinária. Num quadro de normalidade definia as restantes tarefas da instituição, os seus oficiais e previa as tarefas quotidianas da Mesa. Os tipos de exame que o censor realizava também foram estatuídos e divididos entre simples e formal, esclarecendo a diferença entre eles. Os estatutos precisam a questão da jurisdição da instituição e as regras a seguir para a composição do Índice de Livros Proibidos. De notar que no modelo anterior de censura a publicidade dada ao ato de aprovar as obras é substituída pelo secretismo total da censura pombalina.

A Parte I do Livro Segundo analisa a natureza do trabalho dos censores (a revisão dos livros, redação dos relatórios e as decisões finais). O autor transcreve um relatório de censura e “desmonta” o seu argumento, fazendo uma interpretação muito pormenorizada, analisando a natureza e funcionamento da Real Mesa Censória. Afasta a ideia de que a instituição era anticlerical, pois muitos dos seus membros eram clérigos (alguns dos mais notáveis na época). Seguidamente, analisa o perfil de quatro censores, mas não esclarece qual o critério de escolha que seguiu, apesar de se perceber

que não foi aleatório: Fr. Manuel do Cenáculo, apelidado de «Bibliófilo-Censor», por ter sido um grande colecionador de livros e pelo volume de obras que analisou ao serviço da Real Mesa (10% do total da instituição); o segundo censor analisado foi António Pereira de Figueiredo, o «Ideólogo» (o autor ressalva que este termo não era usado à época), por ter sido o mais consistente na aplicação de um critério doutrinal à análise das obras censuradas, o mais estruturado no julgamento predeterminado dos livros de acordo com a sua conveniência política e o que aparenta ter tido mais noção dos efeitos que cada decisão da Mesa tinha na esfera mais alargada do debate nacional e internacional; a terceira escolha recaiu em João Baptista de São Caetano, «Jansenista até aos ossos», termo inicialmente usado de forma pejorativa para aqueles que se identificaram com os textos de Cornélio Jansen (o autor aproveita este subcapítulo para explicar o aparecimento do jansenismo no contexto europeu e português); por último, Luís do Monte Carmelo, o «Irrepreensível», um especialista em ortografia portuguesa, dando uma enorme importância aos seus próprios pontos de vista sobre questões linguísticas, realizando análises rigorosas e persistentes.

Na Parte II, Rui Tavares analisa a Real Mesa Censória a partir das «palavras», atendendo à sua importância para a atividade dos censores, enquanto objeto, ferramentas e criação. Explora o lugar destes homens na República das Letras, enquanto comunidade de indivíduos letrados, desenvolvendo a ideia de «república» e salientando as diferenças com a designação usada atualmente.

O capítulo «Onde está o interesse?», entra na censura em si. Explora o significado da palavra «interessante», indicando que, à época, aproximava-se mais de «proveitoso» do que do sentido que lhe atribuímos atualmente. O autor analisa também a dicotomia entre o «interessante» e o «aborrecido», passando por várias obras de diversos períodos para que se entenda a diferença.

No capítulo «Luzes, Filosofia e República Literária», Rui Tavares abre uma discussão sobre as ideias e como elas mudam com o tempo, questionando se a Real Mesa e os censores se incluíam no Iluminismo. Questiona também a pertença, ou não, dos censores à República das Letras. Com este objetivo, apresenta várias correntes e interpretações sobre o Iluminismo. Respeitando a sua liberdade de tratamento, parece-nos que um trabalho desta natureza beneficiaria se este percurso pelo Iluminismo europeu fosse realizado no início da obra. A revisão historiográfica do tema é associada a alguns autores que são escolhidos por razões não explicadas. Por exemplo, Kant não tem contraponto com os censores que o autor analisa. A censura é crítica, mas não é “kantiana”, e, por essa razão, a sua inclusão é bastante discutível.

Rui Tavares analisa, de seguida, a «confusão» e a «utilidade». A censura sobre a confusão levou à revisão da língua porque esta era tida como uma

arma terrível. Levanta a questão sobre se o erro é útil, analisando o trabalho do censor enquanto agente de separação do útil e do inútil, entre o verdadeiro e o falso. A questão da utilidade era saudável na medida em que permitia a evolução e erudição, impedindo-se assim a leitura supérflua. O trabalho dos censores fundava-se na recusa do pluralismo, mas o autor não refere que o pluralismo não existia à época. Este é mais um argumento superlativo, a juntar a outros, para analisar a ação da censura, visto ocorrer uma «censura antes da censura», que é a ortografia. Mas porquê a escolha dos conceitos «confusão e a utilidade»? Rui Tavares não o explica, mas admitimos que possam ter sido escolhidos para legitimar a existência da Real Mesa Censória. Esta legitimidade não tem origem no trabalho dos censores, mas sim da legislação régia que criou a instituição e instituiu os poderes do tribunal. Por outro lado, o autor não respondeu à questão que colocou sobre a utilidade do erro e não citou, neste capítulo, a obra «O Filósofo Solitário», de autor desconhecido, mas publicada em Portugal na década de 80 do séc. XVIII. Na página 393, por lapso, indica 1759 como a data da tentativa de regicídio a D. José, quando esta ocorreu em setembro de 1758. A sentença, essa, é de 1759.

A Parte III analisa o objeto da censura e o seu método de atuação. Esta incidia sobre livros, peças de teatro, panfletos, mas também ideias. Recaía não só na escrita, mas também em algumas práticas, a identificação de contrafação e a fuga aos impostos. Este capítulo apresenta três eixos de ação da censura: o passado, o presente e o futuro. O eixo do passado tem essencialmente dois alvos, o Padre António Vieira e o providencialismo. O segundo eixo centra-se na ação dos censores contra o «espinosismo», «pirronismo», «tolerantismo» e «indiferencialismo». O terceiro eixo é dedicado ao futuro, que os censores admitiam estar a construir. É uma conceção que deixa transparecer a própria leitura teleológica da interpretação proposta.

Num dos mais bem conseguidos excursos da obra, «A Real Mesa defende o seu território», é analisada a pastoral de D. Miguel da Anunciação e o ataque público do bispo de Coimbra ao regalismo pombalino. Porém, na página 439, o autor equivocou-se, indicando João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho como reitor da Universidade, quando de facto foi o seu irmão, D. Francisco de Lemos que ocupou o cargo. Por lapso, também indica, na página 453, que os novos estatutos da Universidade foram escritos por um deputado da Mesa Censória, o que não está correto, pois tal encargo foi acometido à Junta de Providência Literária, presidida pelo próprio Marquês de Pombal.

Rui Tavares realça, depois, a evolução estatística da produção censória, indicando que, entre 1768 e 1776, a Real Mesa Censória examinou 1519 obras. Na distribuição das matérias passíveis de classificação censória, apura 101,1% de títulos examinados por este tribunal, erro que, por certo, não deixará de corrigir em próxima edição da obra. Os gráficos e tabelas são de fácil leitura e

muito expressivos, porém neles não se faz a necessária distinção entre papéis e escritos submetidos a censura simples e a censura formal e também não se refere o volume de obras que foram rasuradas e emendadas. No início, a censura incidia de forma equivalente sobre autores nacionais e estrangeiros, contudo, na fase final do período Pombalino aumentou o peso de obras nacionais apresentadas à Real Mesa Censória. O autor analisou também o mercado paralelo e as relações de acervo que as bibliotecas deveriam ter enviado à Real Mesa Censória, na sequência do edital de 1769, apesar de não indicar que a Universidade de Coimbra se recusou a enviar a lista dos livros que possuía, tal como o fizeram outras instituições da época. Cerca de um terço das obras que passaram pela censura foram recusadas, mas com o tempo o número de emendas aumentou e as rejeições diminuíram, o que revela, mais uma vez, a eficácia de censura.

O Livro Terceiro inicia-se com um capítulo dedicado aos limites da censura. Rui Tavares explora bem a visão que a censura tinha da superstição, socorrendo-se da análise de relatórios produzidos pelos censores. A grande fissura no sistema de censura português opôs os censores que acreditavam no projeto ilustrado e os que achavam que se estava a ir longe de mais. Neste capítulo contraria-se, assim, a ideia de que havia consenso dentro da Real Mesa, demonstrando-se que o debate interno chegou a ser, por vezes, intenso.

No capítulo «O Poder de Lembrar e Esquecer», questiona-se o real significado da palavra «censura», os seus diferentes sentidos e a importância da escolha entre o que foi lembrado e o que foi esquecido pelo Pombalismo. No termo de uma longa e inusitada digressão sobre aquilo que Rui Tavares designa como processos de «Destilação e Fermentação» na cultura setecentista, a hipótese de narrativas alternativas no campo do Iluminismo é convocada a partir da análise de alguns pressupostos filosóficos da modernidade e da pós-modernidade. Por fim, no último capítulo da obra, intitulado «O Direito a Estar Errado», o autor analisa a progressiva perda de representação da Real Mesa Censória e o consequente retorno ao antigo modelo de censura (institucionalmente tripartida). Identifica e justifica o paradoxo essencial do pensamento dos censores esclarecidos, ao entenderem a censura como cultura e ao atribuir ao ato elocutivo do censor iluminado a última palavra, a do poder, perante a livre crítica e a fecundidade das ideias das Luzes.

Saliente-se ainda que a investigação para este livro assenta, essencialmente, no fundo documental da Real Mesa Censória produzido durante nove anos da ação deste tribunal, em que foram elaborados 1519 pareceres de exame sobre livros, panfletos, peças de teatro, etc. Conforme já foi apontado, a obra apresenta alguns problemas de estrutura e organização – sendo formada por três livros tangencialmente interligados. Para além disso, nota-se a ausência de um estado

da questão abrangendo a historiografia portuguesa e europeia sobre a censura no século XVIII e a falta de um capítulo introdutório focando o Iluminismo em Portugal, algo fundamental para fazer a articulação com o percurso bibliográfico que o autor realiza, a meio do livro, sobre o Iluminismo na Europa. Mesmo tratando-se de uma obra de leitura acessível, a profundidade com que alguns tópicos são abordados exige profusos conhecimentos históricos, ainda que o texto se apresente como um «ensaio sobre o Pombalismo e a Revolução Cultural do Século XVIII», conforme assinala o seu título.

Em suma, consideramos que o livro, obedecendo a uma estrutura pouco convencional, comporta uma nova visão da censura, do absolutismo esclarecido e do reformismo iluminista em Portugal, contribuindo para o debate de ideias em torno destas temáticas. Lê-se com agrado, mas não dispensa a leitura e o diálogo com outras estimulantes e recentes contribuições no campo da História das Ideias e da História Institucional.

Artur Lemos Silva
Doutoramento em Filosofia na FLUC
arturls@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4754-8722>

José Luís Barbosa
Doutoramento em História Moderna da FLUC
jlsb101088gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1459-209X>

https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_15

Ruivo, Francisco Bairrão; Wojciechowska, Danuta; Paz, Joana (2014). *Livro Livre*. Lisboa: Lupa Design, ISBN: 978-989-97579-4-3.

O ensino do período que compreende o Estado Novo, o processo revolucionário português de 1974-1976 e a consolidação do regime democrático constitui um verdadeiro desafio para os professores. Estas dificuldades surgem devido à falta de tempo, tanto letivo como de preparação para os professores, à complexidade inerente a um período revolucionário e de transição, ao facto de ser lecionado no final do ano letivo, bem como à despolitização dos alunos, às limitações dos manuais escolares e à escassa disponibilidade de documentos de apoio. No entanto, trata-se de um período central para perceber o Portugal contemporâneo e para definir a cidadania no atual sistema democrático.